Carlos A. Disandro

A Terceira Posição e a Neutralização Argentina

Carlos Alberto Disandro

A Terceira Posição e a Neutralização Argentina

Libro & Moschetto Fascista Perfetto

ADVERTÊNCIA

Este é o texto completo de uma dissertação, preparada para o Centro de Estudos Geopolíticos (Córdoba), mas que foi apresentada pela primeira vez na Agrupação de Profissionais e Técnicos Peronistas, de La Plata (março/84), e depois no referido Centro (abril/84), diante de um público qualificado e entusiasmado. Sua redação, elaborada no mês de fevereiro/84, foi complementada com a leitura e a análise do ensaio de Mr. H. Kissinger, publicado na revista norte-americana TIME, de 5.III.84, com o título: A Plan to Reshape NATO.

Proferida a conferência nas ocasiões mencionadas e em outras posteriores, em particular no Centro de Estudos Geopolíticos de Buenos Aires, ela recebeu ampla confirmação no contexto de uma conferência proferida pelo citado H. Kissinger, em Viena, em 15 de maio/84, e pelo teor da entrevista entre nosso chanceler e o príncipe de Sinarquia, proposta para a condução dos "subdesenvolvidos" (como nos chamam). Nessa conferência, o procônsul imperialista e mundialista insiste em sua conhecida tese sobre as funções planetárias, operacionais e promotoras das multinacionais, denominação forjada pelos círculos sinárquicos para nos fazer acreditar que algo restou da velha "nação".

Há mais de dez anos, nos momentos finais da chamada "revolução argentina", mencionei e discuti essas concepções de Kissinger, utilizadas para dominar os povos americanos; alertei para o mesmo plano sinárquico em fevereiro de 1975, quando já se percebiam de maneira inequívoca os sinais de uma deterioração do poder constitucional justicialista, muito próxima já do famoso "processo"; aprofundei, nessa linha e em numerosas conferências, o significado político e cultural do plano Kissinger, mencionado também neste texto agora publicado; por fim, interpretei a guerra das Malvinas e a derrota militar de nossas forças

patrióticas como parte de um plano do Royal Institute of International Affairs (R.I.I.A.) e do Council on Foreign Relations (C.F.R.) para desmembrar o território argentino, segundo a "tática da Coreia", da qual já havíamos tratado extensamente na revista La Hostería Volante (desde 1960).

Infelizmente, a situação se agravou com este governo radical e com as inépcias utópicas do chanceler Dante Caputo, que, assim como A. Haig e N. Costa Méndez, se inserem na linha operacional de Kissinger. O país não parece encontrar a maneira prudente e eficaz de reconstruir suas relações internacionais, e os ideais de uma "terceira posição", cada vez mais distantes de sua concretização, são corroídos na doutrina por uma tenaz guerra semântica que sempre propõe algum Ersatz (substituto), aproximativo e funesto. É dessa nova fase em que transcorre a Segunda Guerra da Independência e desse novo calibre conspiratório que se ocupa este modesto caderno.

É a esses insólitos recursos, manejados por vaticanistas, soviéticos e ianques, profundamente arraigados como elemento ideológico no governo radical, que respondem estas páginas sucintas e densas, com o propósito de prosseguir, a partir de nossa trincheira solitária, a guerra semântica que vislumbramos há quarenta anos. Nessa guerra vimos sucumbir as mais altas hierarquias, que agora a dirigem contra a Res Pública, de raiz romana, contra os povos e nações americanas. Nós, ao contrário, na difícil missão que nos cabe, a de humanista e filólogo, não sucumbimos, porque não somos índios esfarrapados, destinados ao último rosário do papa, nem metecos destinados ao último produto da sinarquia; tampouco sucumbiremos, porque não somos governados pelos exercícios espirituais do judeu-cristianismo, sempre propenso a trocar uma terra sagrada por um paraíso obsoleto. Defenderemos as Termópilas até o fim. [C.A.D. Córdoba, 25 de maio de 1984].

I

Mais uma vez nos deparamos com uma profunda deterioração da república, causada, na realidade, por uma discórdia contrária à concertação social, defendida por nosso movimento e por seu ilustre fundador. Essa deterioração e essa discórdia fazem parte de uma guerra civil latente, iniciada pela violência de 1955, que levou à destruição do Estado Justicialista, com consequências que estão à vista.

Mais uma vez devemos aprofundar a doutrina, definir suas linhas operacionais e conciliar soluções empíricas urgentes, pois, no mundo contemporâneo, marcado por poderosas tensões imperialistas de todos os matizes, os centros de poder mundial não tolerarão um vazio de eficácia política no Cone Sul americano, uma deficiência de integração territorial, marítima e aérea, uma disponibilidade de recursos naturais (renováveis e não renováveis), dissociados da vontade política de um povo derrotado, de um povo reduzido a servir a outros interesses que não são os de nossa América.

Nesse contexto, a reconstrução das relações internacionais argentinas, no sentido que deduzimos da doutrina justicialista para esta conjuntura conflituosa, essa reconstrução é uma prioridade incontestável. Muitos obstáculos se interpõem para impedi-la, mas é nosso dever proclamar com clareza a doutrina, instar sua aplicação fecunda, denunciar o inimigo, esteja ele à vista ou no poder, seja estrangeiro ou cipayo, servo que se julga supostamente livre, ou livre que macula a liberdade americana tornando-se servo da sinarquia mundialista.

Pois bem, um elemento fundamental da doutrina internacional justicialista é a Terceira Posição. Nestas reflexões, propomo-nos, portanto, a retomar seus fundamentos políticos, confrontá-los com a situação presente e, a partir daí, deduzir certos perfis que devemos exigir de nossos representantes nas magistraturas políticas ou, de forma mais generalizada, do atual governo constitucional, que foi eleito para isso: servir à Nação, defender sua entidade política e solucionar, de modo empiricamente prudente, a grave deterioração de suas relações mundiais. Pois governo

constitucional quer dizer isto: **instauração, consolidação e defesa** de tudo aquilo que contribua para a continuidade histórica da Nação Argentina e para a precisão empírica de um Estado que seja expressão da **Res Publica**, e não um campo de demonstração para uma seita de utopistas, ideólogos anacrônicos, ressentidos agentes de uma subversão semântica que, em nome da paz, podem nos precipitar na guerra civil e que, em nome dos direitos humanos, poderiam fazer sucumbir os direitos argentinos ao solo e ao espírito da história argentina.

A Terceira Posição integra, como **sabemos**, a essência das três notas do apotegma peronista: **soberania política**, independência econômica, justiça social. Embora seja comum dizê-lo ou ouvi-lo em qualquer formulação, é lógica a articulação interna do apotegma, na medida em que a **soberania política** constitui o fundamento incontornável de todo o restante. E essa é uma exigência férrea para o peronismo e para todo o país, sobretudo nestas conjunturas. Vemos isso na atual circunstância da guerra com a Grã-Bretanha, em suas consequências políticas internacionais, em sua repercussão nas delicadas tensões internas de nosso país. Pois, tanto no plano lógico dos conceitos quanto no plano empírico da política internacional, se omitirmos ou silenciarmos a questão da soberania, o que poderemos discutir com a Inglaterra e a que terreno espinhoso essas conversações nos levarão? O mesmo poderia ser dito do caso Beagle, cujas condições instrumentais concretas ainda ignoramos, e que o Congresso também ignora, contrariando os preceitos constitucionais, desde a rejeição do laudo arbitral, já há sete anos. Mas, sejam quais forem essas condições, elas não podem infringir o princípio da soberania. E, nesse sentido, a responsabilidade do parlamento, e em particular dos legisladores *peronistas*, é verdadeiramente grave. Por isso, embora a *Terceira Posição* seja um conteúdo político comum, essencial a todo o apotegma, desta vez consideraremos preferencialmente sua relação com a *Soberania Política*, que é, como eu disse, o termo **semanticamente maior**.

Pois bem, em *Soberania* incluem-se, entre outros elementos constitutivos incontornáveis, um que se refere ao poder e outro à integridade da Nação ou à continuidade do Estado.

O primeiro elemento constitutivo poderia ser formulado assim: Soberania significa definir centros de decisão política, não por agressão, capricho ou arbitrariedade discricionária, mas porque essas decisões implicam o ato de forjar concretamente a existência da Nação juridicamente delineada. Dou um exemplo: nos primórdios da revolução justicialista, nas circunstâncias do fim da II Guerra Mundial, Perón criou, por decisão política soberana, o Conselho Nacional de Pós-Guerra e a Junta da Propriedade Inimiga. Posteriormente, concedeu o voto feminino e instituiu nas Províncias as antigas subgovernações, que arrastavam uma existência burocrática propensa à desintegração do Estado. Os exemplos poderiam se multiplicar. Mas esse princípio deve ser aplicado agora às margens que o peronismo controla na conjuntura atual, enfrentando, se necessário, sem maior contemplação, um poder oligárquico, ligado ao carro das decisões mundiais.

Em seguida, definimos um segundo elemento constitutivo que, como eu disse, integra a entidade da Nação e a continuidade do Estado. Por conveniência, chamo esse elemento constitutivo de *margem ou recurso operacional no exercício internacional da soberania argentina*. É claro que, se perdermos as margens operacionais nas Relações Internacionais, se a soberania não for um ato de decisão internacional, livremente pactuado ou inserido na comunidade das Nações, então a soberania não é nada. Dou como exemplo uma das últimas contribuições da clarividência do General: a solução da questão limítrofe com o Uruguai, em relação ao **traçado** da linha divisória do Rio da Prata, ao limite de sua desembocadura para estabelecer as águas territoriais, à soberania incontestável sobre a ilha Martín García, embora dentro de um *modus operandi* que estabelece com o Uruguai um *status* jurídico *ad hoc*. Muitos se queixaram desse acordo, sustentando que Perón teria cedido com esse tratado a soberania no Prata. Isso carece de qualquer fundamento histórico e político e, embora aqui não possamos recapitular todos esses pormenores, convém recordar o conjunto de fatores geopolíticos, as decisões tomadas durante os dezoito anos de exílio de nosso chefe, a ação devastadora da revolução de 55, cuja atuação contou com o apoio de Montevidéu, até então enclave inglês na América, os recursos mobilizados desde o governo de Onganía, para compreender

que as margens do justicialismo eram escassas em 1973 e 1974. Foi precisamente dentro dessas margens que atuou uma decisão política, de repercussões incalculáveis agora. Por isso a chamo de clarividência, porque hoje a Argentina, cercada a oeste pelo Chile, a leste pelo Brasil, ao norte pela Bolívia e ao sul pelo eixo anglo-ianque, tem livre de conflito, sublinho: livre de conflito, a entrada do Rio da Prata e, por conseguinte, o acesso fundamental à bacia, embora se apresentem diversos problemas de navegação em razão da ausência de um porto de águas profundas. Mas essa é outra história interna, provocada pelos poderes sinárquicos internos da Argentina, e não uma responsabilidade do justicialismo nem do governo constitucional de 1973-1974.

Pois bem, a Terceira Posição, como instrumento de concepção política, foi e continua sendo a condição indispensável para decidir e agir diante dos blocos sinárquicos ou das tensões mundiais, por meio dos quais a sinarquia governa os conflitos globais, regionais ou estritamente localizados e define a consecução de objetivos concretos, dimensionáveis somente dentro de uma perspectiva geopolítica global. Essa foi a desgraça da guerra do sul. São importantes, portanto, essas distinções para perceber, por sua vez, a capacidade de ação ou o cerco do inimigo e estabelecer cursos de ação prudentes, empíricos e eficazes. Todo o resto é *falar* de soberania, não *fazer* soberania.

Por isso, a doutrina da Terceira Posição, elaborada em um momento muito especial das origens do peronismo, em meio à guerra contraditória, para preservar a neutralidade argentina, e sobretudo no pós-guerra sinárquico que repartiu em Yalta as esferas do poder, essa doutrina pressupõe, em seus fundamentos, as origens do poder nacional, alicerçado, para o peronismo, na comunidade organizada. Sua práxis, por sua vez, depende de uma compreensão global das geopolíticas que se enfrentam ou se aliam para decidir, segundo os interesses dos imperialismos, o destino regional de vastos espaços, cuja dimensão histórica não foi delineada por uma vontade política. Vejamos dois exemplos ilustrativos desses complexos contextos internacionais, para passarmos em seguida ao segundo capítulo de nossa dissertação de hoje.

O primeiro é o famoso Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (T.I.A.R.), firmado na Conferência do Rio de Janeiro em 1947. Nosso chanceler era o doutor Atilio Bramuglia. O General conduziu essas difíceis negociações, fazendo prevalecer precisamente um centro de decisão soberana, embora fossem evidentes os propósitos tirânicos dos EUA, sob o governo de Truman, sucessor do tirano imperialista F. D. Roosevelt, de quem a América e o mundo se lembram como um dos mais nefastos sinarcas contemporâneos. Além disso, a decisão argentina incluiu, nos limites fixados pelo tratado quanto à sua aplicação político-militar, nossas ilhas Malvinas, os arquipélagos do sul e, portanto, o setor antártico e seus acessos marítimos. Trinta e cinco anos depois, em meio ao abandono de nossa soberania por três revoluções sinárquicas, que agora não podemos analisar em profundidade, em meio à negligência desses representantes em outros setores, horizontes, implementações etc., os EUA, contrariando tudo o que havia sido pactuado, impuseram sua tirania sinárquica — e de que forma sinistra! Usando alta tecnologia de satélites para destruir nossos homens, nossas posições, nossa vontade de sobreviver na guerra, enquanto os tolos portenhos, liderados pelo inacreditável Costa Méndez, acreditavam na nobreza de Haig e da bruxa Thatcher. História trágica que devemos aprender para os acontecimentos previsíveis e que não podem tardar, por decisão dos centros mundiais de poder. O TIAR não funcionou e, com isso, o centro de decisão soberana havia sido anulado. Esta é a realidade, a única verdade sobretudo em geopolítica. Como recompor a margem de decisão? Poderá o senhor Caputo, com seus discursos e documentos inacreditáveis, poderão os delirantes “sorbonistas” que o cercam modificar prudentemente sequer um ápice dessa realidade, ou irão deteriorá-la ainda mais, até limites tão desastrosos que já seja impossível recompor qualquer coisa?

O segundo exemplo, contrário ao de 1947, concretiza-se no conflito argentino-chileno. Primeiro o laudo, que arrasta desde Onganía sua imperícia e, de Lanusse em diante, sua incrível distorção, e depois a mediação que o substitui para englobá-lo: esses dois momentos ou recursos significam, pura e simplesmente, recorrer a potências e a procedimentos equivocados e funestos, que constituem, por sua vez, uma

anulação, e não uma restrição diplomática, repito: uma anulação dos centros argentinos de decisão, de acordo com os interesses e as realidades argentinas; pois uma lei geopolítica deveria ter sido aplicada neste caso, sobretudo pela experiência argentina: quanto mais bilaterais forem as negociações, os pactos, os acordos e até mesmo os adiamentos *sine die*, tanto mais imune permanecerá o centro de decisão atacado ou cercado. Cumpre-se então um corolário incontornável: quanto mais concentrações de poder mundialista intervêm no *casus iuris*, tanto mais rapidamente será anulado o centro de decisão soberana. Não preciso reconstituir a história dessas lamentáveis instâncias da pátria vilipendiada. As inferências são óbvias. Aludi aos interesses e às realidades argentinas, que sustentam ou implementam esse centro de decisão soberana. Mas, no caso que nos ocupa, no curso de uma ação mundialista posta em marcha pela revolução argentina e pelo processo, que interesses e que realidades são então os que dinamizam esses conflitos e suas supostas soluções, concebidas no mais absoluto segredo? Não estamos acaso mais perto da guerra do que nunca? Não estamos à beira de decisões mundialistas que querem se antecipar a um ressurgimento da vontade política do povo argentino, aquilo que chamo de *segunda guerra da independência*, e não estamos então muito próximos de um ato funesto da sinarquia, que destrua para sempre nossa integridade territorial? O que fará o peronismo, desperdiçado em questões minúsculas, sem que se ouça a grande voz do General através de seu herdeiro legítimo?

II

Pois bem, para compreender todos esses contextos, confrontá-los com nossa doutrina e, enfim, preparar o povo nacional e patriótico para uma consciência lúcida das tensões sinárquicas, convém examinar o panorama geopolítico global em que hoje estamos inseridos, o curso de ação do governo argentino e as conclusões que podemos extrair ao confrontar esse panorama com a doutrina e a práxis justicialista da “terceira posição”.

Para compreender esse panorama, é preciso definir as linhas geopolíticas que atuam no mundo e seus objetivos em relação à Hispano-América. Dentro desses objetivos, destaca-se precisamente o novo conceito de neutralização do Cone Sul e, dentro dele, naturalmente e em primeira instância, o marco da neutralização argentina, que concederia às duas superpotências um equilíbrio de intervenção político-financeira, político-tecnológica e ideológica, em um terreno livre de confrontos bélicos e estratégicos. A Argentina seria o preço de um entendimento no Atlântico Sul, enquanto, no âmbito do Atlântico, seriam consideradas as alternativas do plano Reagan ou do plano Kissinger.

Advertimos, então, como inferência teórica, que a neutralização implica destruir as bases doutrinárias e políticas da "terceira posição" e, como inferência prática, deixar o campo livre para uma concertação das duas superpotências. Por sua vez, no que diz respeito a nós, as inferências naturalmente se duplicam: no primeiro caso, precisamos esclarecer o conceito, estudar seus fundamentos filosóficos e históricos, compreender seu vínculo com a doutrina peronista da comunidade organizada, definir os perfis concretos que possibilitariam sua implementação; no segundo caso, impõe-se a urgência de uma denúncia nacional da pátria imperialista, denúncia que deve ser feita sobretudo por aqueles que ocupam magistraturas políticas, pois eles têm em suas mãos certos mecanismos das decisões soberanas.

Há muito já definimos as três geopolíticas fundamentais: a estadunidense, a soviética e a vaticana. Nada do que acontece neste momento nas tensões globais da política mundial lhes é alheio. Mas, como além disso se trata, em essência, de uma política bélica de confrontação tecnológica, cultural, ideológica, religiosa, nenhum contexto, estrato ou comunidade política escapa dessa influência, que, como já disse em outras conferências, prenuncia a III Guerra Mundial, em cujos prolegômenos nos encontramos. Precisamente nunca como agora foram tão urgentes e necessários os espaços viáveis de uma Terceira Posição que salve a Nação de uma catástrofe. Nunca como agora foi tão decisivo implementar recursos políticos que salvem e protejam os centros de decisão construtiva,

por vias empíricas, livres de utopias ideológicas, contestatórias ou simplesmente inviáveis; mas nunca como agora, em conjunturas tão difíceis, foi tão necessário preservar a soberania política, que é a única capaz de forjar a união nacional.

Pois bem, a geopolítica soviética pretende fundar o novo império da Eurásia, com a exclusão da América ianque. A geopolítica ianque, por sua vez, eminentemente talassocrática e aerocrática, pretende um controle compartilhado do mundo, é verdade, mas cujo centro de poder tecnocrático e financeiro pertença ao mundo de língua inglesa. A geopolítica vaticana, geopolítica da paz a qualquer preço, ajudará uma ou outra, ou ambas, conforme convenha a seus planos judaico-cristãos, ecumênicos, de uma igreja planetária, de uma ética planetária bíblica, de uma restrição da política às necessidades aldeãs em uma sociedade cooperativista de solidariedade. A geopolítica pastoral alimenta a geopolítica da paz soviética, ainda que esta signifique a máxima escravidão, e alimenta também a geopolítica ianque, em seu humanismo liberal, eticista, antitradicional, poderoso dissolvente das tradições nacionais, como as nossas.

Ao imperialismo ianque, que optamos por chamar de *social-capitalista*, no qual a liberdade está submetida à usura judaico-cristã, contrapõe-se o imperialismo soviético da *nomenklatura* ideológica, ou *social-comunismo*, que possui, portanto, sua burocracia, seu sistema, imperialismo da III Internacional marxista-leninista, mas com um centro de poder militar equipotente. Essa internacional apresenta-se como uma igreja evolucionista, materialista, dialética, com seus dogmas (isto é, com sua disciplina religiosa) e sua inquisição (isto é, com suas heresias e seu controle teológico). Pois bem, companheiros, o marxismo-leninismo, excrescência política do judaico-cristianismo, é, no fundo, uma religião, uma igreja, uma disciplina religioso-institucional, capaz de fundar, segundo alguns clérigos delirantes, uma nova Idade Média, na qual Papa e imperador (soviético) coincidiriam na articulação pacífica de uma sociedade mundial e de um poder mundialista. Quem não compreender

esses contextos não poderá compreender seus fenômenos, isto é, aquilo que aparece ou se destaca na textura mutável dos fatos.

Nestes quarenta anos posteriores a Yalta, surgiu, por causas complexas que não podemos discriminar agora, um terceiro imperialismo, que não possui, é verdade, um centro de poder como Moscou ou Washington, mas que alimenta seus canais operacionais por meio da central de Roma ecumênica. Refiro-me ao imperialismo social-democrata, excrescência política da II Internacional marxista, reflutuado pelo estímulo da internacional democrata-cristã, pela política de João XXIII e Paulo VI, que tentaram formular um termo médio teopolítico com os documentos Pacem in terris e Populorum Progressio. Muitos peronistas daqueles anos, de 1959 em diante, acreditaram ver nessas mensagens um reconhecimento da terceira posição justicialista, a ponto de poderem formular a sentença, muito parecida com a nossa: nem ianque nem marxista, social-democrata vaticanista. Essa mesma orientação, prolongada por trinta anos, produziu o fenômeno de uma utopia social-democrata que chega ao poder por meio de acordos internacionais e vernáculos, com o propósito de incorporar o país a uma das internacionais mencionadas. Mas tal propósito confronta a mandíbula sinárquica de Yalta, apaziguada pela bênção de Roma, mas ainda existente e operante, com consequências fundamentais para o próximo período americano. Nesse contexto surge o plano sinárquico de neutralização do Cone Sul, que será apresentado talvez como a solução ideal para as tensões do Beagle e das Malvinas, representará uma consolidação do proconsulado do Brasil, para que controle, sem dúvida, os espaços geopolíticos de seu *hinterland*, isto é, a Bolívia, e dali pressione para o oeste, em direção ao Pacífico, segundo o velho sonho dos bandeirantes: ser potência decisória no subcontinente americano. Pretender-se-á, além disso, confundir “terceira posição” e “neutralização”, para contar com o apoio maciço ou setorial e político do peronismo, segundo o lema do Vaticano: a paz é o bem supremo do homem, tudo deve ser sacrificado à paz, a paz é a garantia dos direitos humanos etc.

Nessas circunstâncias situam-se os planos internacionalistas do grupo ideológico, utopista, que atua na chancelaria argentina, com o senhor

Caputo à frente, os chamados “sorbonne boys”, por razões muito fáceis de explicar, mas que nos afastariam de nosso tema.

Terceira posição, como já expliquei em numerosas conferências desde 1967, é um conceito geopolítico e, portanto, global, que aperfeiçoa a tradição da neutralidade argentina. Esse conceito geopolítico do General impõe-se para a América, diante do conceito de Yalta, e triunfa em diversas instâncias políticas internacionais, como já recordei.

O que é, então, a “terceira posição”? Distingamos dois capítulos, que tratarei sucintamente: a *teoria geopolítica* e a *práxis diplomática*. Essas duas instâncias estão lamentavelmente confundidas no curioso estilo ideológico da chancelaria radical, de modo que a primeira acaba se transformando em um confuso programa americano, sem um perfil conceitual, e a segunda em uma perigosa trama social-cristã, social-democrata, social-marxista, que pode comprometer gravemente a realidade da inserção mundial argentina nestes momentos de graves decisões bélico-políticas.

Terceira posição não é terceiro mundo, nem política de não alinhamento, tampouco neutralização. Terceira posição é um corolário de nosso axioma doutrinário: soberania, independência, justiça. Terceira posição é o princípio de identidade de nosso perfil concreto, histórico, isto é, que une os fundamentos de nossa tradição e de nossa entidade, surgidos com a primeira guerra da independência, aos fundamentos de nossa inserção contemporânea, que é objetivo prioritário da segunda guerra da independência.

Terceira posição implica, portanto, uma concepção do Estado, que o General expôs ao longo de cinquenta anos de docência, de atividade político-militar, de fundação político-institucional. Nessa concepção do Estado justicialista, há um centro de decisão política que se refere à existência da comunidade organizada, que só pode ser tarefa dos argentinos, poder dos argentinos, obra dos argentinos. Para isso, para a existência da comunidade política organizada que se instala e cresce como o coração dessa organicidade viva que é o Estado, é necessário delinear simultaneamente sua inserção internacional, não por uma questão

ideológica, que não consideramos até agora, mas por uma questão entitativa, *physica*, pois, de outro modo, seria impossível a existência de tal comunidade. Por isso o inimigo nos cerca e nos ata com modelos ideológicos corrosivos que fariam perder simultaneamente o perfil do Estado e o perfil daquela inserção mencionada. Esses modelos são vários, entrecruzam-se, substituem-se, aliam-se, mas todos convergem em decidir o ataque geopolítico por dois pontos. O primeiro, questionando o direito internacional a uma inserção empiricamente viável e juridicamente sábia e eficaz; e o segundo, afetando o próprio centro de decisão, isto é, o recurso político do Estado. No entanto, como objetivo geopolítico estratégico, tem sempre prioridade em modificar pela raiz a inserção internacional argentina, enquanto a modificação do poder constitui, para esses modelos xenocráticos, o objetivo tático indispensável para provocar a erosão da soberania. De Braden a Caputo, de Zavala Ortiz a Costa Méndez, a história se repete: o imperialismo de língua inglesa é o imperialismo dos tolos cipayos; o imperialismo da miséria, da coerção e da impostura ideológica convém às massas empobrecidas, famintas, induzidas a esperar por uma utopia marxista-comunista. Mas o peronismo, justamente, não se situa nem em uma nem em outra.

III

Estamos agora em condições de confrontar duas estratégias: uma, a nacional, a justicialista, que em quarenta anos enfrentou graves conjunturas em razão dos perfis teóricos e práticos que recordei. Outra, a novíssima neutralização, que poderia ser defendida pelo governo social-democrata de Alfonsín e seus “sorbonaboys”, apoiados pela internacional correspondente e impulsionados por um acordo regional de cúpula entre Rússia e Estados Unidos.

Com efeito, advertimos que o conglomerado dos países não alinhados não coincide em absoluto com os requisitos da “terceira posição”, e que a geopolítica soviética não conseguiu até agora dominar essas tendências do

bloco supostamente terceirista, seja pela via de Castro ou da Nicarágua, seja pela via de Indira Gandhi ou de outros representantes. Por sua vez, os EUA, sempre propensos a manejar o porrete ou o dólar, não conseguiram alinhar os não alinhados por meio de uma força ideológica que represente um conteúdo indiscutível diante daquele da geopolítica soviética.

A esse panorama, por si só importante por abranger a situação argentina, soma-se outro ingrediente muito mais ativo e violento, que é, na realidade, a verdadeira causa dos acontecimentos que, nestas duas últimas décadas, têm se manifestado, seja com governos militares propensos a se somar à geopolítica ianque, seja com convulsões populares propensas a se transformar em espaços de infiltração ideológica, econômica, técnica e cultural para a geopolítica soviética. Refiro-me ao confronto das duas superpotências ao longo de um eixo imaginário que atravessa o Atlântico, de polo norte a polo sul, e que, com suas tensões, afeta o imperialismo de língua inglesa, por um lado, e, por outro, coloca diante da Rússia vastos problemas de expansão militar e política.

Não preciso advertir que esse conflito, modelado e projetado no âmbito de nossa esfera internacional, produz um efeito imediato: anular uma política de “terceira posição”, reduzi-la a um americanismo dos centros financeiros de Washington ou aos conteúdos mundialistas da II Internacional. Mas os problemas estratégicos, bélico-políticos, subsistem, contudo, no espaço geopolítico do Atlântico, dividido em dois grandes marcos operacionais: Atlântico Norte e Atlântico Sul. Nesse quadro complexo surge agora aquilo que chamamos de neutralização, segundo um vocabulário manejado pelos teóricos da social-democracia e que complementa de outra maneira, diria antes de forma estratégica, as noções geopolíticas de terceiro mundo e não alinhados. Não encontrei esse vocábulo no estilo difuso dos discursos alfonsinistas, nem nos documentos, discursos e comunicações do senhor Caputo, a quem eu chamaria de licenciado em neutralização. Mas os contextos estão presentes, e sobretudo a práxis. E nisso reside justamente a gravidade da derrota de 30 de outubro de 1983: que o poder constitucional coloca nas mãos do presidente um timão capaz de conduzir a nave a outro porto.

“Neutralização” é uma noção formulada em Yalta, com resultados diversos, cuja história não podemos abordar agora. Menciono um exemplo que esclarece o que poderíamos chamar de espaço neutralizado: refiro-me à Áustria. A retirada de todas as tropas aliadas, o reconhecimento do Estado austríaco com uma soberania neutralizada, o funcionamento de suas instituições políticas segundo o modelo francês, sem forças armadas etc., gerou na Europa Central uma espécie de pulmão estratégico, que os EUA quiseram ampliar em sucessivos movimentos que explicam os acontecimentos da Tchecoslováquia, da Hungria e, por fim, da Polônia.

A neutralização comporta, portanto, para a sinarquia mundialista, dois conteúdos fundamentais: 1) soberania política limitada; 2) espaço estratégico livre de confrontos bélico-políticos, com um corolário: zona franca de investimentos, penetração tecnológica, intercâmbio industrial etc. Além disso, concede-se à Áustria a condição de sede de importantes organismos sinárquicos, de nível mundial, onde convergem interesses estratégicos das três geopolíticas já descritas. Segundo essas premissas, pode-se firmar a paz, qualquer paz. Apliquemos esses requisitos ao eixo do Atlântico para desvendar a situação de nossa pátria nas mãos do licenciado em neutralização, agente das pressões clericais e moscovitas, aliadas contra a soberania inalienável.

No Atlântico Norte, as tensões se sucedem com intensidade e periculosidade variáveis, o que não é agora o tema de nossa dissertação. Mas ali, no caso do hemisfério norte, trata-se nada menos que da neutralização da Europa Ocidental e, portanto, da liquidação da OTAN, ou pelo menos de seu substancial retraimento. Não se trata de um delírio infundado. O próprio Kissinger define essas circunstâncias em um trabalho muito recente, sobre as linhas gerais desse confronto dramático no Atlântico Norte, e embora não esteja claro a quem aproveita a análise de Kissinger, a quem ele pretende favorecer com essa pressão de formulações geopolíticas; e embora saibamos, por nossa amarga experiência com a guerra do sul, que Haig, discípulo de Kissinger, foi um dos causadores do conflito e que o próprio Kissinger anunciou, 48 horas antes, na sede inglesa de Chatham House, a eclosão da guerra e o apoio norte-americano

à bruxa de língua inglesa, em suma, embora saibamos que Kissinger é nosso inimigo, devemos recordar o apotegma romano: *Fas est et ab hoste doceri*. Curioso também o elogio que faz nessas páginas a Lord Carrington, grão-mestre do R.I.I.A., alta loja da geopolítica do centro de poder anglo-ianque. (Cf. TIME, 5 de março/84).

Se descrevêssemos esquematicamente a configuração geopolítica que nos interessa, obteríamos o seguinte sistema em relação ao nosso espaço geográfico e político e no âmbito desta temática sobre a terceira posição:

1) Em primeiro lugar, ao longo do eixo atlântico, uma confrontação que reduz sua força de contraste (a détente ou distensão), ou que aprofunda o choque ideológico, político, tecnológico e estratégico (como dissuasão ou concentração).

2) Um desdobramento desse sistema em todo o espaço atlântico e, portanto, no Atlântico Sul. Aqui situamos as origens do processo militar de 76, as causas da guerra e as origens dos esquemas ideológicos do senhor Caputo.

3) Um termo médio que atenua as consequências da concentração bélica dos dois imperialismos: o social-capitalista e o social-marxista. Esse termo médio é constituído pela social-democracia, que considero um terceiro imperialismo, internacionalista, culturalista, progressista, utopista, que intervém, em última instância, como transbordamento rumo à sociedade mundial comunista, dirigida pela elite do dinheiro e pela concentração dos meios bélico-tecnológicos. Essa estrutura já se evidenciava na trágica guerra do sul, e assim a explicamos em um texto de 8 de abril de 1982: o objetivo estratégico dessa guerra era a passagem de um governo militar para um governo social-marxista; de forças armadas nacionais para forças armadas guerrilheiras; de um equilíbrio social da justiça, destruído pelo “processo”, para uma revolução do espólio. Foi a sólida consciência política nacional dos argentinos, em cuja consolidação o peronismo ocupa lugar prioritário, que constituiu a causa do fracasso do plano vermelho, internacionalista, comunista.

4) Finalmente, a estratégia pastoral da paz, que redimensiona em uma utopia o fato político de resguardar uma fronteira intransferível, territorial, ou um perfil histórico da república que herdamos e devemos fundar na consciência do Estado Justo.

Se a “terceira posição” não funcionar, é lógico supor que a geopolítica do acordo sinárquico irá propor o caminho da neutralização, por meio do governo alfonsinista, neutralização com pão e recursos tecnológicos, mas sem soberania nem margens políticas que a sustentem, consolidem e aprofundem. Sem ter passado pela guerra mundial, sem ter sido responsável por suas causas e depois de ter evitado seus efeitos aterradores, desde 1943, seremos como a Áustria do Cone Sul americano. Assim se compreende a mediação vaticana, as confusas negociações do senhor Caputo com a bruxa, a rolagem da dívida, o apoio dos socialismos europeus, que por sua vez são instrumentos da neutralização da Europa, no esquema de Kissinger.

Desmoronará então o projeto de continentalismo, esboçado pelo General nos últimos anos de sua vida. Mas como se articulam “terceira posição” e continentalismo americano? Este é o último conceito proposto em nosso temário de hoje. Vou expô-lo muito brevemente, sem esquecer, contudo, que nesse horizonte se definirão as tendências dos dois modelos em disputa: 1) uma América hispânica livre da conjuntura mundialista, como potência *per se*, capaz de impor condições à paz; 2) uma América hispânica dominada por zonas de neutralização, infiltração ou coerção, ou simplesmente de condomínio sinárquico, que podem transformá-la em campo de luta entre os diversos imperialismos.

Em outras ocasiões, denominei o continentalismo de Perón como uma anfictionia americana, cujo centro de referência não é um culto comum, como no caso grego, mas uma língua comum, que nos insere em uma semântica articulada e totalizadora. Nesse sentido, o conceito justicialista distingue-se de outras formulações conceituais que foram propostas com certo ar de utopia no século XIX, por exemplo no caso de Simón Bolívar. No ano passado, completou-se o bicentenário do nascimento desse prócer venezuelano: ele nasceu, de fato, em Caracas, em 24 de julho de 1783. Por

esse motivo, exaltou-se e definiu-se, com resultados diversos, a noção bolivariana, condensada em sua sentença: “Nossa pátria é a América”. Mas entre a concepção de Juan Perón e a de Simón Bolívar há algumas diferenças fundamentais, que seria conveniente examinar com maior atenção. Esta lembrança pretende apenas resgatar as reflexões do General sobre um pano de fundo de história universal americana, que o inimigo nega e que os peronistas muitas vezes não recordam com nitidez suficiente.

Em essência, o continentalismo de Perón é uma noção política que se opõe ao imperialismo e está centrada na concretização de uma consciência política institucionalizada, diante do inimigo anglo-ianque, porque nele impera o domínio de uma exploração alienante; e diante do inimigo russo, porque nele predomina a religião marxista-leninista e seus representantes interpostos, que anulam precisamente toda articulação política. Entre esses dois recifes, entre esses dois rompimentos provocados pelas tormentas políticas contemporâneas, por um estreito tempestuoso deve navegar a embarcação do continentalismo. Como é lógico, podemos extrair uma inferência imediata: sem uma terceira posição construtiva e eficaz, esse horizonte político americano é impossível. Pois a soberania, que determina semanticamente a noção e a diplomacia de terceira posição internacionalista em tratados ou acordos possíveis, não é uma soberania limitada, mas uma soberania fundacional. Pois, de outro modo, como se construiria esse espaço soberano?

Sua relação com o âmbito da América, isto é, sua consequência política fundamental no nível desse marco geopolítico, geraria um vasto espaço estratégico, que talvez coroasse sua dimensão contemporânea como potência geopolítica de decisões fundamentais, ainda que não alcance os recursos bélicos convencionais e atômicos das superpotências. Precisamente a sinarquia, ao anular a vontade política do Estado soberano, segundo a comunidade organizada do justicialismo, pretende impedir o advento dessa terceira potência continental, que não se funda nos efeitos da guerra, na partilha de Yalta nem na paz de Helsinque, mas na forja de uma nova vontade política de caráter global.

Companheiros: chegamos até aqui, a estas conclusões fundamentais que excedem os limites de nossa pátria e de nosso Estado, hoje em ruínas. Distinguimos perfeitamente entre realidade e utopia, pois a primeira se articula de modo congruente, unindo fenômenos empíricos e ideais de fundação soberana. Em contrapartida, a segunda, erguida sobre vagas nebulosas emocionais, é incapaz de resolver, definir, implementar. Daí, precisamente contra esse utopismo, nasce o apotegma do General, deduzido do pensamento grego: “Tudo na sua medida e harmoniosamente”.

Pois bem, há pouco tempo enfrentamos, depois do delírio ético do “processo”, o delírio ético, utopista dos “sorbonaboys”. Na medida em que o justicialismo compartilha algumas franjas do poder político, deve opor a essa utopia o saudável realismo doutrinário e prático peronista, que se traduz em obra concreta. Enquanto o presidente resume sua confusa ideologia na sentença: “Nós, radicais, somos uma ética”, nós devemos contrapor-lhe uma sentença maior e mais fecunda: “Nós, peronistas, somos uma política”, a política da soberania, independência e justiça, traduzida em obra concreta, em implementação inequívoca, em justiça concebida não na névoa confusa da utopia, mas no hoje urgente de todas as gerações, crianças ou idosos, que exigem a pátria realizada, não a ética proclamada; que anseiam pela sagrada terra da Nação integrada, não pelas tratativas secretas ou acordos com os poderes sinárquicos; enfim, pela decisão soberana de um povo livre, que possa ser artífice da paz, porque é artífice de seu próprio destino, artífice da vitória, que renasce entre as ruínas. Queremos, em uma palavra, a paz da vitória soberana, e não a vitória da paz ensombrecida e funesta. Queremos a pátria livre de amarras estrangeiras e o Estado livre de sinarcas. Este é o mandato de nossa história originária, a ordem contundente transmitida por nosso estrategista incomparável, a vontade de nosso povo humilde, porém esclarecido, patriota, incorruptível.

Terminou de ser impresso para o
Centro de Estudos Geopolíticos “Tercera Posición”,
na cidade de Córdoba, no dia 8 de outubro de 1984,
aniversário do nascimento do iniciador e condutor da
Segunda Guerra da Independência Americana,
General Juan Domingo Perón,
que lançou as bases do novo Estado argentino
que teremos de fundar para romper a dialética
regiminosa de governos militares e demo-liberais,
e para que seja possível a consolidação definitiva
da Nação Argentina
na grande Pátria hispano-americana.